Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 66, nº 5-6, maio-junho/1948, pp. 255-271

Conferência do Senhor Capitão de Mar e Guerra Vasco Lopes Alves

O Senhor Ministro da Marinha ladeado pelos Senhores Almirante Oliveira Pinto, Coronel Álvaro Fontoura, Prof. Dr. Rui Ulrich e Coronel Lopes Galvão, presidiu à sessão solene em que o Senhor Comandante Vasco Lopes Alves proferiu a sua notável oração subordinada ao tema: A expedição naval portuguesa para a reconquista de Angola.

A apresentação do conferente foi feita pelo Vice-Presidente da Sociedade Senhor Professor Dr. Rui Ulrich que num elegante improviso exaltou as suas qualidades de Marinheiro e de Administrador Colonial e se referiu ao feito que se consagrava dando um grande relevo à figura de Salvador Correia de Sá.

Seguiu-se no uso da palavra o conferente que proferiu a seguinte Oração:

Expedição Naval de Salvador Correia de Sá para a Reconquista de Angola

Sinto-me extremamente penhorado por ter Vossa Excelência acedido ao convite que lhe formularam os dirigentes desta casa para aqui presidir à sessão de hoje.

Ligam-me a Vossa Excelência, Senhor Ministro da Marinha, grande

amizade, que provém das suas muitas qualidades de carácter e de coração, e alto apreço pelas superiores manifestações de inteligência e de trabalho que, depois de o levarem a produzir obra notável como oficial da Armada, o têm singularmente distinguido no exercício das funções de governo.

Esse motivo, e a consciência da colaboração que deve dar-se aos que patriótica e desinteressadamente trabalham nesta valiosa instituição, levaram-me a tomar a incumbência de tratar o tema que me foi proposto, dentro do ciclo de conferências relativas a SALVADOR CORREIA e à sua acção para restaurar Angola.

O ilustre professor senhor Doutor Ulrich, com toda a autoridade do seu valor mental, teve também a gentileza de vir valorizar o que tenho apontado para dizer, por elogiosa introdução que lhe agradeço desvanecidamente.

Contudo, peço para esclarecer, neste momento, todos os que trouxeram a este acto o brilho da sua comparência, que não deixei de objectar, quando a indicação do meu nome me foi comunicada.

A reconquista de Angola, por portugueses partidos do Brasil, sob o mando de Salvador Correia de Sá e Benevides, é facto militar de transcendente projecção.

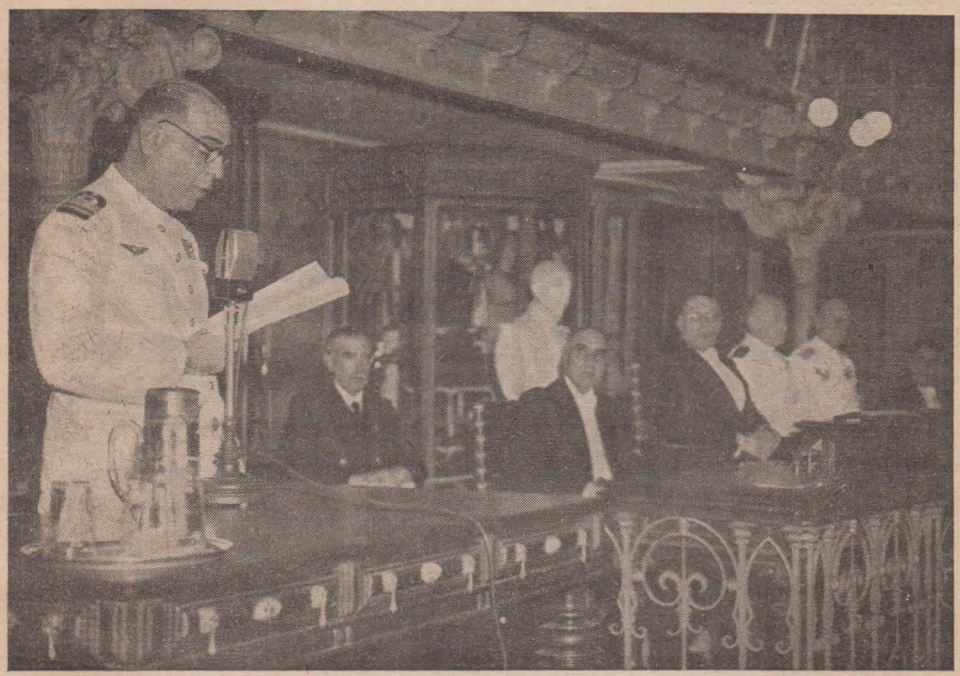
Inteiro entendimento da sua importância política, económica e histórica, levou a Sociedade de Geografia a intervir, preponderantemente, nos actos comemorativos que se efectuam agora na Metrópole e nas outras parcelas do Império; cumpre, por esta forma, dever que chamou a si própria; e usa direito que lhe cabe, por constantes serviços que ao país tem prestado com difundir conhecimento do esforço português para progresso do Mundo.

Nesta intenção, propôs-se: destacar a figura de Salvador Correia, relevando pormenores biográficos relativos à brilhante carreira que seguiu em funções militares e de governo, à sua vincada personalidade de grande patriota e aos notáveis méritos da ilustre família em que nasceu; focar a acção marítima com que foi conduzida, desde o Brasil a Angola, a armada da restauração; evidenciar o valoroso feito militar pelo qual se operou a reconquista; e esclarecer, com referência à época, a contribuição que as missões religiosas sempre têm dado à nossa obra civilizadora.

A importância de qualquer dos assuntos e o realce que em conjunto

merecem, para afirmar justos conceitos da obra portuguesa no Ultramar, demandam indiscutível erudição histórica, bem como alto nível de exposição e crítica.

E sendo assim, muito desejaria poder ajustar o que vou dizer na sessão de hoje ao padrão das outras conferências que formam esta série de trabalhos e às exigências da habitual frequência desta sala.



O Sr. Comandante Vasco Lopes Alves proferindo a sua conferência

O certo é, porém, que, quando os deveres públicos ou o interêsse do estudo me têm conduzido além do que respeita ao serviço da Armada, quase sempre isso tem ocorrido no âmbito objectivo da administração.

Não poderei furtar-me à influência desta circunstância. Onde ela originar maiores defeitos, visto o propósito que deve atribuir-se à exposição, queiram Vossas Excelências relevar-mos.

Foram focadas já, numa das conferências anteriores, as feições que assumiu a vida portuguesa sob a influência política da união com a coroa

de Castela, à qual foram devidas, em grau predominante, as perturbações que então sofremos no domínio das terras do Ultramar.

Por estarmos envolvidos em conflitos de armas, a que poderíamos ser estranhos, distraímos em proveito alheio forças e recursos, que não eram de sobra nas nossas possessões, fornecendo pretexto, muitas vezes, para represálias a actos por nós não praticados ou em que figurámos para interesse de outros.

Assim, a guerra prolongada que a Espanha manteve com a Holanda, deu oportunidade para sermos atacados nos vários continentes. Fez-nos perder, quase por completo, as terras e comércio do Oriente; sujeitou-nos parte do Brasil à ocupação dos Holandeses; e motivou, também, que caíssem na mão dos invasores as costas dos reinos do Congo, de Angola e de Benguela.

Não porque nos faltassem, mesmo enquanto duraram os reveses, homens que, na defesa, arriscassem a vida e os haveres. Muitos se distinguiram tão notàvelmente como os da descoberta e da conquista, ou como os que, mais tarde, puderam fazer-nos reaver, em parte, as posições que tínhamos perdido.

Mesmo sem referência aos que primaram, na Índia e no Brasil, por tornar caro o passo aos invasores, basta fazer menção dos sacrifícios dos que nunca deixaram Massangano.

A estes, e aos poucos mais que lograram manter-se, em campos de fortuna, espalhados pelo sertão, durante sete longos anos, se deve a continuidade da nossa ocupação na África Ocidental, a ligação que perdurou entre Angola e Lisboa, e a certeza de um apoio avançado, embora fraco de recursos, para se empreender a reconquista.

Avalia-se o esforço que fizeram sabendo a falta de ética de guerra que frequentes vezes enfrentaram e o desconforto em que viveram grande parte do tempo; sem que faltassem repetidas insídias do gentio, tão diferente dos indígenas de hoje como diversa era a infiltração da índole e da moral dos portugueses na sua formação e nos seus hábitos.

Deve acentuar-se como o correr do tempo vai consagrando a nossa forma de colonizar, designadamente, em tudo que respeita à assimilação dos povos naturais.

Enquanto, para outros, foi pouco a pouco rareando a simpatia dos

nativos, até se tornarem implacável animosidade, mais tem crescido, em relação a nós, a aproximação e o mútuo entendimento.

Pela acção constante das missões e dos agentes da administração, pela presença de colonos nos pontos mais distantes do interior, temos vencido as diferenças de raça; e generalizando os hábitos de vida e a mentalidade da Europa Ocidental, implantámos uma moral comum com fundamento nos princípios cristãos.

É obra lenta, por isso mesmo sólida; que mantém o prestígio aos que a tradição e o uso fizeram detentores locais da autoridade, utilizando-os como elementos de ordem e justiça, mas que impede a tirania selvagem de grandes potentados, dando a todos a protecção da lei e os benefícios da libertação; e que tem criado entre os indígenas o verdadeiro sentimento pátrio, pela indiscutível evidência com que os consideramos portugueses.

Estávamos longe ainda desta transformação na vida indígena, quando Angola sofreu a provação, passageira mas dura, de estar sujeita ao condomínio de potência estranha.

Mais fácil era então interessar os reis negros na partilha de lucros do comércio de escravos, que muito largamente praticaram os nossos inimigos, do que fazer sentir e respeitar, pela terra dentro, a espécie de domínio que então só exercíamos numa minguada faixa litoral.

Não admira pois que a todas as agruras suportadas pelo escasso agrupamento português que resistiu, na Colónia de Angola, durante o tempo da invasão holandesa, se juntassem também assaltos do gentio. Mesmo assim, mais atrocidades cometeram por incitamento do invasor, e em conjunto com ele, do que devido a iniciativa própria. E note-se, como atestado do prestígio que já ao tempo tínhamos alcançado, que nem as precárias circunstâncias e o isolamento em que os nossos viviam, nem a vantagem do inimigo em armas e recursos, puderam arrancar-nos e leal aliança de alguns chefes gentílicos; entre eles o rei do Dongo e os sobas da Ilamba e de Cambambe; ou a fidelidade pessoal de auxiliares e servidores indígenas, como os que se arriscaram a soltar de Luanda o Governador César de Meneses.

Também, por outro lado, tem sido sempre, desde os primeiros tempos da ocupação, sólido esteio da nossa actuação ultramarina, a espontaneidade dos colonos em concorrer nos actos de defesa.

Da época holandesa, perduram na memória feitos de muitos deles que podem nivelar-se aos dos profissionais das armas ou do mando. A par do Governador César de Meneses, do Bispo D. Francisco de Soveral, e de outros que, por longo tempo, desde a primeira hora, fizeram face às responsabilidades de chefia, surgem aqueles que foram vitimados durante o assalto ao arraial do Gango e os que morreram valorosamente procurando defender Benguela. Homens de qualquer raça e qualquer condição, entre os quais enfileiram outros de igual estatura, de todos os tempos e todos os pontos do Império, cujo traço comum é pertencerem ao mesmo agregado nacional, que valem como símbolos de patriotismo e altivez.

Quando se pensa no tempo que durou a usurpação da Colónia de Angola, parece estranho que não fosse mais pronto o auxílio da Metrópole. Se assim o reclamavam a situação moral e os interesses dos portugueses que lá se conservaram, não menos o exigia a conveniência das terras do Brasil. Enquanto estas lutavam com carência de braços, foram transportados, em dez anos, muito acima de 200.000 escravos para as províncias de domínio holandês.

Tem de atender-se, todavia, na extensão do ataque a que fomos sujeitos nos vários continentes, na circunstância de estar ainda em curso a campanha da restauração e nas dificuldades da diplomacia em relação ao governo de Haia, durante a transição política resultante da cisão com Castela. Depois de 1640 muito se perdeu em tempo e oportunidades, buscando, sem sucesso, chegar a entendimento com a Holanda, com base em boa-fé. Mas nunca se pensou em aceitar por facto consumado a perda da Colónia. Se bem que a reconquista se efectivasse só no mês de Agosto de 48, as diligências para a conseguir iniciaram-se alguns anos antes.

Em 1643, estando Salvador Correia em Portugal, no comando de uma grande frota, ordenou o rei que ele fosse consultado pelo Conselho de Guerra sobre a situação de Angola e do Brasil, atribuindo-lhe «grande experiência e conhecimento das coisas de uma e outra parte».

Num dos capítulos da informação que em resposta prestou, disse Salvador o que interessava sobre os meios de restaurar Angola, indicando nomes de pessoas para recuperar dos holandeses as praças que ocupavam; fixou o montante das forças necessárias; e acentuou a urgência da acção,

frisando as precauções que deviam tomar-se em face da política de estratagemas que a Holanda mantinha nas suas relações com Portugal.

Os primeiros passos decisivos para uma acção efectiva resultam de consulta do rei D. João IV, feita ao Conselho Ultramarino em Maio do ano de 44, sobre o envio de forças em socorro de Angola.

Em Julho desse mesmo ano, pronunciou-se o Conselho por uma expedição, chefiada pelo sargento-mor Domingos Lopes de Sequeira e pelo capitão António Teixeira de Mendonça, ambos com permanência anterior e prática das coisas da Colónia, os quais pediam 200 homens de armas e 100 auxiliares de raça preta, estes para comboiarem munições, tendo por comandante Henrique Dias, negro de Pernambuco, que singularmente se havia distinguido já em várias campanhas do Brasil.

Em Outubro seguinte, assentou-se em mandar novo socorro, devendo promovê-lo Salvador Correia, que então estava em Lisboa e devia partir em breve para o Rio a ocupar o cargo de general das frotas do Brasil.

Ambas as forças foram organizadas e partiram para a Costa de África durante o ano de 45.

A primeira que saiu da Baía, logo em começo de Fevereiro, foi destroçada quando se dirigia do porto de Quicombo, onde chegou, para as terras de Cambambe e Massangano. É de interesse notar o pormenor de não ter feito parte dela o capitão preto Henrique Dias, porque a dedicação que votava à causa portuguesa no Brasil não permitiu que fosse dispensado.

A segunda, comandada por Francisco de Sotomaior, que depois assumiu o governo de Angola, chegou no mês de Julho, também ao mesmo porto de Quicombo.

Tendo encorporado os que sobreviveram da anterior, subiu até ao Cuanza, em fins de Outubro. Limitou-se porém a servir de reforço às nossas posições, por não dispor do poder necessário para tentar a expulsão dos holandeses.

Até que se formasse a expedição que veio a operar a reconquista, decorreram para cima de dois anos. Não porque fosse de inacção o tempo de permeio, mas pelas precauções a que as circunstâncias obrigaram.

Era opinião corrente em Portugal, e igualmente nos Países Baixos,

que só por acordo podiam resgatar-se as terras em poder dos holandeses, pois seria loucura tentar arrancar-lhas pela força.

O padre António Vieira, depois de inúteis diligências para conseguir acordo com a Holanda, chegou a apresentar parecer em que indicava condições de compra.

E tal foi o sigilo em que se envolveram, desde início, todas as fases de preparação para compor a Armada, que, mais tarde, estando já Salvador Correia no Brasil, com todos os poderes que o rei lhe confiara, ainda o Conselho Ultramarino advogava a via diplomática como a forma melhor de encontrar solução.

Os vários pormenores sobre a constituição, armamento e comandos, da frota que por fim se organizou, constam de consultas de el-rei aos membros do Conselho Ultramarino.

Em Março de 47 propõem eles que o socorro conste de navios «de muita força», dando indicações sobre o número de homens que devem transportar e aconselhando a que disso se trate com a maior urgência.

O rei determina, por despacho de 21 de Maio, que a Capitaina seja a fragata «Conceição», almiranta o navio «S. João da Ribeira», e sigam mais a charrua «Santo António», a «Santa Catarina», o navio «Sacramento» e outras embarcações particulares, com uma força de oitocentos infantes.

No mês de Junho é o Conselho consultado sobre a «nomeação dos capitães de mar e guerra de cinco navios que hão de ir de socorro a Angola» e sobre os capitães que devem embarcar para comandar a infantaria.

Salvador Correia, no voto que emitiu, na qualidade de vogal do Conselho, dá indicações que parece interessante reproduzir aqui. Figuram na consulta nestes termos:

«E nomea as pessoas referidas para V. Magestade escolher delles o mestre de campo, Almirante, e tenente general, e dos mais que ficarem, nos capitães de mar, e guerra dos quatro nauios referidos; E lembra a V. Magestade que conuem a seu seruiço que cada companhia destas tenha dous Capitães reformados, dous Alferes, e dous Sargentos, afora os officeaes da Companhia, porque nos nauios ha muitos postos a que acodir e os que o tem sido, sem algũa ventagem, não quererão ir a hũa jornada tam perlongada e de tanto risco, e quem o sabe, o conhece, alem de que estes officiaes assy uiuos como reformados, cada hum, por sua parte ajunta a gente, e a

despeza da fazenda de V. Magestade he tam pouca, por que não he mais que para as primeiras pagas, e as demais hão de ser naquelle Reyno, e posto elle no estado que deseja, se poderão reformar os que V. Magestade ordenar, e nomea em consulta a parte Capitães de Infantaria para terra, e assy se deue V. Magestade de que ua esta jornada, para que se consiga o intento della, e não se perca a facção, e aquelle Reyno, e os que uão fazella, e consiguindose (como confia em Deos) são de tanta importancia as utilidades que se seguem a este Reyno, que ualem ametade delle, e se não alarga, pois o Brasil se não pode sustentar, nem as Indias de Castella darnos pratta, sem Angolla, e senão esteuera nomeado para a jornada, uotara com mais largueza em fauor de outro qualquer, que fosse a ella, porque quem disser que se pode fazer hũa facção tam grande, sem poder bastante, ou não entende, ou não quer que se consiga, e para tirar mil homẽs de sua casa, donde estão fortificados, pede plo menos algũs mais, e para tomar porto, e ficar o inimigo naquella costa, pede sempre Armada que defenda os nauios marchantes, que hão de ir comerçiar, e será gasto de muito mayor consideração, e quase impossivel de conseruarse e tudo se remediará com desalojar o inimigo por hũa ues» (1).

Não é fácil sintetizar melhor todos os pormenores, tanto em relação às preocupações que o empreendimento demandava como quanto à premência de tomar decisão. E tanta influência teve este parecer que, alguns dias depois, lavra el-rei dois despachos do seguinte teor:

«Nomeo para Almirante a luis de Magalhães, capitão de mar e guerra da Capitana Saluador correa vasqueanes, para a charrua Santo António Pero de lemos, para a Santa Caterina Antão Temudo e para a Sacramento Martim Barroso (2).

«Para capitaes dos oitocentos Inffantes de Angola, nomeo asenco gonçalves matozo, miguel fernandes, Alonco castelhano, manoel dias, manoel pinheiro, Antonio da fonseca de ornellas, francisco Vaz Aranha, João Duque; o Conselho consulte hũ mestre de campo de taes partes que possa

(1) Arquivo Histórico Colonial. Códice n.º 14 do Conselho Ultramarino, fls. 57/60. Neste e no documento seguinte é respeitada a ortografia e a pontuação, tendo-se apenas desdobrado as abreviaturas para facilidade de leitura.

(2) Arquivo Histórico Colonial. — Doc. citado.

suceder ao governador em qualquer caso, e hũ Sargento mor que em falta do mestre de campo possa gouernar o terço, e se me consultem pessoas para todos os postos e fortalezas daquelle Reyno, asy da costa como da conquista que não estiuerem despachados serão obrigados de se embarcar e hir seruir nesta jornada, repartidos pellos nauios, e se encomende muito aos officiais do terço e das companhias seiam soldados de ualor e experiencia, e dos que ouuerem seruido naquellas partes, ou em outras» (3).

Tomadas estas resoluções, continuam os preparativos, reunindo-se em Julho o Conselho para informar «sobre um papel que nele deu Salvador Correia de Sá, sobre o que é necessário levar para o Reino de Angola na Armada que se apresta para o Brasil».

Ao que se propunha nesse documento foi dado parecer inteiramente favorável que depois mereceu concordância do rei. Apenas, da resolução régia, constava que a Armada de Salvador seguisse sob o comando do general Conde de Vila Pouca, encorporada em formação que devia também operar no Brasil, devendo destacar-se aí a fracção destinada a dirirgir-se a Angola; a isto, porém, conseguiu opor-se Salvador Correia, mostrando ser indispensável que as duas missões fossem separadas.

A partida da esquadra, de Lisboa para o Rio veio a ter lugar no mês de Novembro de 47.

Não foi sem dificuldades consideráveis que se conseguiu organizá-la, por se terem juntado, ao melindre das relações exteriores, a falta de recursos em navios, armamento e homens. Nem era por certo no poder material de que dispunha que se encontrava a maior garantia de sucesso, mas sim na escolha judiciosa dos que foram chamados a enfrentar a emprêsa, destacadamente Salvador Correia, cujos serviços ao país, prestados desde a juventude, só dificilmente encontram paralelo, e cujos feitos de armas e actos de governo ilustram já profusamente a história de Portugal e do Brasil.

Vai nesta expedição com 7 navios e 800 infantes, e com os títulos de Governador e Capitão general do Reino de Angola e de Governador do Rio

---

(3) Arquivo Histórico Colonial. — Doc. citado.

de Janeiro e das Capitanias do Sul; depois de despender mais de dois anos de intensas diligências para realizá-la; e tendo, como ele próprio escreveu, «feito grandes despesas, de matolagem, como de sustentar gente infrutuosa», em sua casa, «necessária para fazer a jornada».

Depois de viagem tormentosa, na qual desapareceram dois navios da armada, chegou Salvador ao Rio de Janeiro. Aí teve reforço de cinco novas unidades, vindas da Baía, que o Conde de Vila Pouca recebera ordem para mandar, e vinham providas de armamento dos armazens que havia na cidade.

Foi longa ainda a permanência na cidade do Rio até que a frota seguisse para Angola. As causas da demora são explicadas em documento, que inda se conserva inédito, e se intitula:

«Carta que o Padre António do Coutto da Companhia de Jesus escreveu ao Padre Jeronimo Vogado, Provincial da mesma Companhia, dandolhe conta de toda a jornada que o General Salvador Correia, e Sá, e Benavides fez desde o dia que sahio do Rio de Janeiro athe que chegou a Angola, e de todos os Successos athe tomar a ditta Praça» (4).

Diz o Padre Couto:

«No Rio de Janeiro, antes que partissemos nos detivemos perto de sinco mezes, asim para se prepararem as Naos como por se dizer que de Holanda partira huma grossa Armada para o Brazil e que se temia viessem algumas Naos ao Rio de Janeiro, e porque com assistencia do General Salvador Correia de Saa, e Benavides se podia aquella praça defender, por estar antão nella a Armada, quizerão os moradores do Rio, ou intentarão, fazer protestos ao General para que não partisse para Angola athe vir alguma nova certa deste Reino sobre a armada holandeza. Tudo erão detenças e não havia resolução alguma para partir a Armada de Angolla, parecendo a muitos ser mais acertado deffender a Praça do Rio, que era nossa, e não dezamparala para restaurar a de Angolla que então estava sujeita ao Holandez, nestas detenças e perplexidades escreveo o Padre João de Almeida, da Companhia, Inglês de nasção, mas criado no Brazil de menino, huma carta ao General, na qual lhe dezia que partisse logo para Angolla e que

(4) Biblioteca da Ajuda — Códice 51-VII-48, a fls. 241 v.

fosse o dia da partida oas dose de Mayo, a terça feira, dia dedicado aos Anjos, tomando por padroeiro ao Archanjo Sam Miguel, e a todos os Anjos, porque havia de ter bom sucesso. E como este padre he tido por santo em todo o Brasil asim dos de casa como dos de fora, se moveo tanto a gente da armada, e principalmente o General para fazer o que lhe escrevia o Padre, tendo o por profecia e como couza revelada por Deos, que logo comessou o General a embarcarse para que a seu exemplo fossem embarcando os demais offeciaes da milicia, e muita parte da infantaria, e assim as doze de Mayo demos á vella».

À partida, a Armada constava de onze naus, sendo do Rei as cinco enviadas da Baía e de mercadores as seis restantes, e de quatro patachos, dois dos quais, por serem mais pequenos tinham os nomes de «Gamela» e «Canoa». Estes últimos tiveram de arribar ao Rio de Janeiro logo no princípio da viagem, porque, segundo a carta em referência, «por ser a travessa mui trabalhosa, com os mares que se vão às nuvens, não poderam vencer».

Durante o percurso os outros dois patachos tiveram também que apartar-se das naus por não poderem manter-se a navegar em conjunto com elas. Um deles, só chegou a Luanda depois da tomada da cidade. O outro, todavia, seguindo as instruções que havia recebido, voltou a encontrar-se com a frota, antes de entrar no porto, e pôde ainda participar na acção.

Também a Nau Almirante «São Luís» perdeu a formação durante a travessia; juntou-se-lhe, de novo, alguns dias depois, se bem que viesse mais tarde a naufragar no porto de Quicombo.

Depois de dois meses de viagem a Armada avista por fim a Costa de África. O padre António do Couto descreve a chegada da seguinte forma:

«Aos doze de Julho avistamos terra de dezoito graos... fortificandosse as Naos... e preparandose para o que succedesse com muito animo, e não podia ser menos porque vinha na armada boa gente, e infantaria exercitada nas fronteiras, nas Guerras de Portugal e na campanha de Pernambuco. Não faltavão as munições e muitos artificios de fogo, que se embarcarão, e se vinhão fazendo outros pellos Condestabes estrangeiros que traziamos, e todos já com os seus postos nomeados, com os seus Cappitães, hũs nos catellos da Proa, outros na Popa e outros nas medianaes, e alguns

nas Gaveas, de maneira que cada Nao ficou guarnecida por todas as partes de gente, mas nunca encontramos uma só Nao inimiga.»

Era intenção do general tomar a fortaleza e a cidade de Benguela, no caminho para o Norte, mas a terra não foi reconhecida pelos pilotos, por ser noite, e a Armada seguiu até Quicombo, onde ancorou.

Salvador Correia desembarcou com cerca de 600 homens, as Naus dispararam a artilharia, e vieram alguns sobas renovar vassalagem ao rei de Portugal que já tinham prestado perante o Governador Sotomaior.

Foi neste porto, como se disse já, que naufragou a «São Luís», morrendo mais de 200 homens, entre os quais o almirante Baltasar da Costa de Abreu. A este contratempo juntou-se ainda a perda de outros homens, em escaramuças com o gentio, alguns dos quais ficaram prisioneiros sendo entregues depois aos holandeses.

As instruções que Salvador Correia recebera em Lisboa, pelo que transparecia, ordenavam sòmente a construção de uma fortaleza nesta zona da costa, para protecção dos portugueses, impondo que fossem conservadas as pazes com a Holanda.

O general, contudo, munido certamente de poderes secretos, reuniu Conselho de Oficiais, propondo a reconquista de Luanda, com fundamento no desrespeito dos usurpadores aos tratados vigentes entre Portugal e os Estados Gerais.

Os capitães «com unanimes e conformes pareceres» aprovaram o empreendimento, e deste modo, seguiu a Armada com destino à cidade.

Sobre a chegada diz o relato que se contém na carta anteriomente referida:

«Aos doze de Agosto avistamos a cidade de Loanda, e vinda costeando a Ilha mandarão os Holandezes pela Barra fora duas Naos com ordem para reconherem o poder e que se recolhesem. Tanto que as duas Naos reconheceram o nosso poder, virarão, e se foram para o mar largo, ou para Pernambuco, ou para Santo Thomé. Forão quatro Naos nossas dandolhes caça, que logo mandou o General se recolhessem porque se as fossem seguindo ficariam derrotadas. Por causa das águas que correm nesta costa muito para a noute. Muito sentirão os Holandezes hirem-se as duas Naus sem se tornarem a recolher, dizendo que se fossem ao Holanda que havião de fazer degolar aos capitães dellas. Nestas duas Naos hião embarcados quarenta ou

sesenta homẽs, e não tinham mais Naos no Porto que estas duas, e outras duas Sumacas e hum Patacho que se estava fazendo no Rio Dande. No mesmo dia o ajudante Paulo Rabelo, que hia em huma chalupa pela costa, tomou dois Negros Moxiloandas vassalos de Elrey do Congo que estão na Ilha defronte da Cidade com hum Governador seu também vassalo do mesmo Rey. Trazidos á Capitania os dous negros manietados os mandou soltar o General e inquiriu delles o estado em que estavão os Holandezes, e disseram que os Holandezes tanto que viram a nossa Armada se tinham retirado com muita fazenda sua para a forteficação do morro assima ditto e que não tinham mais de duzentos ou trezentos homẽs, e que andavão por fora, pelas nossas Conquistas e prezidios, o seu Sargentomor com duzentos homẽs e muita guerra preta da Ginga em seu favor, o que tudo achamos ser asim. Aos doze de Agosto entramos pella barra dentro de Loanda e ancoramos os nossos quasi na ponta da Ilha».

A Armada ficou fundeada perto de Fortaleza do Penedo, seguindo-se logo diligências para promover a rendição.

Vão a terra emissários, em nome de Salvador Correia, intimar aos holandeses a entrega da praça, alegando a não observância das pazes ajustadas «com tanto excesso que o seu exército andava em campanha sujeitando os sobas que seguiam a voz de Portugal, e oprimindo os poucos portugueses que havia em Massangano e outras fortalezas», pelo que «o general se achava obrigado a interpretar o seu regimento rompendo a guerra contra eles, ainda que pela desobediência arriscasse a cabeça».

Na fórmula empregada, continua em evidência o tacto diplomático com que se circunscreve a decisão de guerra às circunstâncias e ao local e por ela se torna Salvador Correia exclusivamente responsável, a fim de não comprometer a coroa portuguesa num rompimento indesejável com a Holanda, de carácter mais generalizado.

Pediram os holandeses, para resolver, um praso de oito dias, com o intento de obter reforço da gente de armas que tinham no interior, mas apenas lhe foram concedidos três, findos os quais saltaram em terra as forças destinadas ao ataque.

Ficaram nos navios cerca de 200 homens e «muitos corpos fantásticos com chapeus, nas partes em que melhor podiam ser vistos, para mostrar

maior poder». Para terra seguiram 650 soldados e 250 marinheiros da armada, os quais, depois de ouvirem missa, celebrada na praia, se prepararam para o ataque, que teve lugar no dia 15.

Com muita audácia e algum favor das circunstâncias conseguem os nossos fazer capitular os ocupantes. E a praça de Luanda, e, seguidamente, todo o território da Colónia de Angola, regressam ao domínio exclusivo da autoridade portuguesa.

Transcendem o objecto desta conferência os pormenores da luta militar, bem como as vantagens económicas e efeitos políticos que imediatamente resultaram da restauração. Não será contudo a despropósito que se lhe junte breve comentário, subordinado ao efeito distante que o facto projecta na vida presente da Nação, quando integrado no conjunto de actos, de ordem militar e diplomática, pelos quais conservamos a unidade das terras que hoje constituem o Império.

Com o andar dos tempos vão acabando os últimos litígios entre nós e a Holanda.

A ânsia de expansão e a vitalidade dos dois povos rompe caminho para empreendimento fora do campo da colisão de interesses.

A apreciação apaixonada que ampliou no momento o vulto dos agravos vai-se diluindo numa análise mais tolerante e fria, que antes encontra falta de ética do tempo do que atribui culpa à índole dos homens.

E a situação presente é de respeito mútuo pela capacidade realizadora demonstrada por ambos os países na sua obra de colonização.

Luanda, e Angola inteira, vão dentro em pouco festejar a passagem do terceiro século sobre a data solene de 15 de Agosto de 1648.

Se o facto que se comemora tem primacial interesse para todo o nosso povo, e em todo o território da Nação, o carácter do feito, e o local em que se efectivou, apelam mais profundamente para o sentimento dos que vivem na terra que então foi resgatada; e para os que herdaram a profissão de combater no mar, e, com ela, o extenso património das honras conquistadas e todos os encargos que o legado impõe.

Tenho, por isso, viva satisfação em saber que o Governo, por despacho do ilustre titular da pasta da Marinha, determinou que compareça representação da Armada no local em que vai evocar-se o feito naval e militar

de Salvador Correia, para que oficiais e marinheiros vejam reviver um dos muitos episódios em que a razão e o carácter dos homens nos têm compensado do defeito no montante de forças; e mais profundamente fiquem possuídos da consciência do que deles se requer, no cumprimento da missão tradicional e histórica que ao país incumbe.

Por vezes, parece estar já gasto o argumento dos direitos históricos, para legitimar continuidade de estrutura imperial.

Propaga-se a indiferença pelo dispêndio de séculos de esforço, e pelo sacrifício de gerações de homens, com que alguns povos, poucos, rasgaram barreiras para dar acesso ao Mundo; e seguiram esgotando esforços e capitais, com desprezo de vidas e confortos, para dar valor às terras e melhorar as gentes, em proveito comum de toda a humanidade.

Não porque seja menos meritória a obra de desbravar e construir Nações do que a tarefa de aproveitar mais tarde o que se encontra feito. Mas, tanto a moda influi, primeiro na retórica e depois na moral, que quase se não houve um brado de justiça, mostrando o que está feito nas Colónias e proclamando as garantias que o passado oferece para que mais progridam no futuro.

Perante novas teorias que a experiência desmente, em obediência à estranha concepção de que devem governar-se por si povos de mentalidade inadequada, vai cedendo o pensamento mesmo de alguns que ofereceram o melhor da raça e dos haveres, e tudo tendo dado, tudo parecem dispostos a perder.

Pelo que nos respeita não se me afigura que a diferença maior entre as terras que temos além-mar e outras que existem por reconhecer, paredes a meias com a civilização, provenha de que as nossas distam de nós alguns milhares de milhas, mas de que foi mais árduo lá chegar e mais energias se consomem para as desenvolver.

Nem mesmo o zelo com que se tem espalhado a fé cristã tem sido poupado pelo rigor da crítica, sem que se condene difusão de princípios, mas com censura a quaisquer diligências para se promover a adopção da crença, como se a licença dum credo primitivo pudesse ajustar-se com os conceitos da doutrina de Cristo.

Nem sempre será fácil afirmar quem melhor tem servido as conve-

niências do progresso, ou os interesses da civilização: se os que mais largamente se têm ocupado da mecanização e do comércio no próprio território, se os que se abalançaram ao avançamento de outras terras que integraram na sua. Mas não deixa campo a discussão que a unidade nacional que uns e outros criaram merece igual respeito, e que não podem destruir-se as condições de vida e a economia sobre ela edificadas por caminhos diferentes.

Mal se concebe que os países de psicologia ocidental se dividam em antagonismos de formação política ou de ideologia, quando é vital que bem se compreendam e mùtuamente se suportem para que sobrevivam os múltiplos valores da herança comum.

Temos contribuído para a tornar maior, com esforço começado há muito e sempre mais intenso, e não seremos nós a deixar dúvidas sobre a legitimidade da nossa posição.

Onde possa ser-nos desfavorável a comparação com o que tenham feito outras potências de mais vastos recursos, fica-nos sempre o mérito, ainda não excedido por qualquer outro povo, do sólido caminho que abrimos para o futuro, pelo ambiente de confiança, entendimento e paz que soubemos criar em toda a parte.

Por isso um inglês ilustre, Sir Harry Johnston, governador de terras de África, disse um dia que «se fosse africano queria viver em terra que fosse portuguesa».

Sabemos que não é por acaso que contamos oito séculos de história e quase cinco de colonização. Não nos falta o ânimo para contar muitos mais. E, durante eles, cumprir a missão construtiva que nos atribuiu a Providência, a que, por tradição, chamamos imperial, mas que, por sentimento e em verdade, é a continuação sagrada da Vida Nacional.